



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COLABORATIVAS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA EJA NO COLÉGIO ESTADUAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES EM CATU-BA

Amilton Alves de Souza¹, Helga Porto Miranda², Mytsa Carla da Silva³.

¹Doutor em Difusão do Conhecimento, Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Uneb, Professor Colaborador da UNEB, Gestão, Coordenação e Práticas educacionais em Educação de Jovens e Adultos, amiltonalvess@hotmail.com

²Doutorado em Educação e Currículo pela PUC-SP, Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Uneb, Professora adjunta da UNEB, Educação especial e inclusiva: a invisibilidade das famílias, crianças, adolescentes e professores conscientizar, vivenciar apoiar, hmiranda@uneb.br

³ Mestranda em EJA, Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual da Bahia, Gestão, Coordenação e Práticas educacionais em Educação de Jovens e Adultos, Educação especial e inclusiva: a invisibilidade das famílias, crianças, adolescentes e professores conscientizar, vivenciar apoiar, m.carlacoordenadora@gmail.com;

**EIXO TEMÁTICO: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA EJA:
PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

RESUMO

Introdução: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à educação para aqueles que, por razões diversas, não conseguiram completar seus estudos na faixa etária regular. Neste contexto, o desafio da inclusão de alunos com deficiência intelectual torna-se premente, uma vez que requer a implementação de práticas pedagógicas que deem conta da diversidade e das especificidades desses estudantes. A presente pesquisa visa explorar essas práticas no Colégio Estadual Dr. Antônio Carlos Magalhães em Catu-BA, destacando a importância das tecnologias assistivas como ferramentas que podem facilitar a aprendizagem e a integração desses alunos no ambiente escolar. Justificativa: O interesse na tematização das práticas pedagógicas colaborativas e do uso de tecnologias assistivas surge da realidade vivenciada no cotidiano escolar, onde a inclusão de estudantes com deficiência intelectual frequentemente esbarra em barreiras formativas, pedagógicas e materiais. A experiência como coordenadora pedagógica em um colégio que abrange tanto a EJA quanto o ensino regular oferece uma visão privilegiada dos desafios enfrentados para uma efetiva inclusão, saúde emocional e aprendizagem destes estudantes. A pesquisa pretende, assim, propor novos olhares e práticas que respeitem as especificidades e os ritmos dos alunos, além de fomentar a formação contínua dos educadores, conforme argumenta Mantoan (2006). Problema de pesquisa: A questão que norteia esta investigação é: Quais práticas pedagógicas colaborativas e recursos assistivos podem ser adotados pelos professores da EJA no Colégio Estadual Dr. Antônio Carlos Magalhães em Catu-BA, para potencializar o ensino e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual? Objetivos: Objetivo Geral: Investigar práticas



pedagógicas colaborativas e tecnologias assistivas que embasem o trabalho docente sob a ótica da Educação Inclusiva na EJA do Ensino Médio no Colégio Estadual Dr. Antônio Carlos Magalhães em Catu-BA.

Objetivos Específicos: Identificar e descrever as demandas educacionais específicas dos estudantes com deficiência intelectual na EJA do Ensino Médio no Colégio Estadual Dr. Antônio Carlos Magalhães em Catu-BA; Analisar como as práticas pedagógicas colaborativas e tecnologias assistivas podem favorecer o trabalho docente, a aprendizagem e a participação ativa dos alunos com deficiência intelectual no contexto escolar; Desenvolver e testar materiais pedagógicos adaptados que utilizem tecnologias assistivas para facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual na EJA; Promover rodas de conversa e encontros formativos para reflexão com os professores da EJA sobre práticas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem. **Fundamentação teórica:** A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da Educação Básica destinada a estudantes jovens e adultos, exerce um papel fundamental na garantia do direito à educação para aqueles que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos na idade regular, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Isso permite que cidadãos retomem seus estudos, adquiram mais conhecimentos e elevem sua escolaridade, ampliando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e na sociedade. Historicamente, a EJA ganhou maior visibilidade a partir da década de 1940, com os primeiros movimentos de alfabetização popular, sendo fortalecida nas décadas seguintes por programas nacionais, como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) nos anos 1970 e o Programa Brasil Alfabetizado nos anos 2000. A modalidade foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que a reconhece como uma etapa específica da educação básica, com características próprias e adequadas à realidade dos estudantes. O cenário da EJA é composto por diferentes trajetórias de vida, históricos de evasão escolar e dificuldades econômicas e sociais, abrangendo alunos com perfis variados, desde jovens que desistiram dos estudos a adultos que não tiveram acesso à escola. Muitos enfrentam jornadas duplas ou triplas de trabalho e responsabilidades familiares, o que compromete sua permanência na escola, sendo que a presença de uma deficiência intelectual agrava essa situação, dado que a falta de materiais adaptados e suporte especializado pode dificultar ainda mais o processo de aprendizagem. O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) estabelece a ampliação da oferta da EJA com qualidade e equidade, mas existem grandes desafios, principalmente relacionados à adaptação curricular e ao uso de tecnologias assistivas. Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2006), a inclusão escolar deve ser vista como um direito inalienável, exigindo dos educadores uma postura pedagógica que favoreça a participação ativa dos alunos com deficiência. A Constituição Federal de 1988 garante o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) prevê a acessibilidade como princípio fundamental para a educação inclusiva, incentivando o uso de tecnologias assistivas. Apesar dos avanços, a realidade da educação inclusiva na EJA enfrenta obstáculos, como a falta de formação específica para professores e a escassez de recursos didáticos acessíveis. A presença de estudantes com deficiência intelectual na EJA está diretamente ligada à sua participação ativa na sociedade, e a escola deve ser vista como um espaço de convivência, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento da autonomia. Este estudo investiga práticas pedagógicas colaborativas e tecnologias assistivas na EJA no Colégio Estadual Dr. Antônio Carlos Magalhães, em



Catu-BA, buscando responder à questão de quais práticas e recursos assistivos podem ser adotados por professores para potencializar a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. Os resultados visam beneficiar professores com propostas metodológicas e alunos com práticas mais acessíveis. A pesquisa será realizada com momentos de escuta, troca e reflexão, envolvendo entrevistas, construção de materiais e rodas de conversa, sendo um espaço para a troca de experiências e construção de soluções, conforme defendido por Freire (1996). Metodologia: A pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas como entrevistas semiestruturadas e observação participante. O enfoque na Pesquisa Aplicada em Educação possibilitará a construção de intervenções adaptadas às necessidades constatadas no contexto escolar. A metodologia de Design-Based Research (DBR) será utilizada para garantir um ciclo iterativo de design, implementação e avaliação das práticas pedagógicas propostas. Resultados esperados: Espera-se que os resultados desta pesquisa promovam um avanço significativo na formação dos professores da EJA, oferecendo-lhes ferramentas e metodologias concretas para a inclusão de alunos com deficiência intelectual, além de contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor e participativo. Conclusão: O estudo busca não apenas fortalecer a formação docente, mas também engendrar uma mudança cultural na percepção da inclusão, promovendo um espaço educativo que valorize as especificidades de cada aluno. As práticas pedagógicas colaborativas e as tecnologias assistivas se apresentam como caminhos promissores para garantir um ensino mais inclusivo e equitativo a todos.

Palavras-chave: Inclusão; EJA; Deficiência Intelectual; Práticas Pedagógicas; Tecnologias Assistivas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. (2007b). Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In J. Beauchamp, S. D. Pagel & A. R. Nascimento (Orgs.), *Indagações sobre o currículo* (pp. 17-52). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº: 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Brasília, DF, 10 maio 2000.
- BRASIL. Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 nov. 2011.
- BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca. Disponível em: file:///C:/Users/Priscila%20Sampaio/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/F4F9E4DN/sala manca.pdf. Acesso em: 05 de março, 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do



Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BERSCH, Rita. Tecnologia assistiva: nas escolas e na vida. Porto Alegre: Pallotti, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. Políticas e práticas de educação inclusiva. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012.

MATA, A., SANTIAGO, R. C., SANTOS, F. de P., BOAVENTURA, E.,
& AMORIM, A. Desenvolvimento de um Framework Design-Based
Research (DBR) para Pesquisas Aplicadas pelos Grupos Sociedade em Rede e
Sociedade Solidária, Educação e Turismo. 1.Ed. São Paulo, 2018

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PLOMP, Tjeerd; NIEVEEN, Nienke; NONATO, Emanuel; MATTA, Alfredo (Orgs.)
Pesquisa-Aplicação em educação; uma introdução. São Paulo: Artesanato educacional,
ABED, 2018.